



MANIFESTO DA EMIGRAÇÃO

PARA O CÍRCULO ELEITORAL DA EUROPA

A corrente migratória deu lugar, nos anos da Troika, a uma sangria equivalente à que Portugal registou na época da ditadura e da guerra colonial; ora, apesar de ter sofrido um abrandamento nos últimos anos, graças, nomeadamente, às políticas de recuperação de rendimentos e aumento do salário mínimo de que o Bloco de Esquerda foi promotor, a emigração nunca parou.

Não é uma fatalidade que milhares de portugueses sejam obrigados a sair de Portugal, numa constante luta pela sobrevivência, ao mesmo tempo que privam o País das forças vivas necessárias ao crescimento sustentado da sua economia. É a razão pela qual o Bloco de Esquerda sustenta que o estaque desta sangria passa pela **definição e implementação no nosso País de políticas fiscais, sociais e económicas que promovam o investimento, a produtividade e o emprego com direitos, susceptíveis de varrer com as políticas preconizadas pela Troika, e ainda remanescentes, com particular ênfase no código do trabalho.**

O estaque desta hemorragia passa igualmente pela **Europa de solidariedade entre os cidadãos** pela qual se bate o Bloco de Esquerda, não sendo possível no âmbito da atual Europa onde a ausência de harmonização, a nível de salários e direitos sociais, coloca em situação de concorrência os trabalhadores no seio do espaço europeu, com os países da periferia como Portugal, a desempenhar um papel de fornecedor de mão-de-obra barata - e cada vez mais qualificada- aos países do centro.

Mas o nosso compromisso com a defesa de políticas internas e a nível europeu susceptíveis de promover o trabalho com direitos e salários dignos, por forma a contrariar a sangria da emigração, não basta: com efeito, não podemos abandonar à sua sorte aqueles e aquelas que já emigraram em situações configurando, na maioria das vezes, uma expulsão do país, como se nada tivéssemos a ver com eles.

Para todos aqueles que emigraram, o Bloco de Esquerda considera indispensável a inversão da política do ensino da língua portuguesa prosseguida por este governo na continuidade do anterior governo da Troika. Esta política de inversão passa pela extensão dos acordos de integração da língua portuguesa no ensino oficial dos países de acolhimento, mas também pela reposição dos horários suprimidos e a abertura de novos horários bem como pela contratação de professores de português pelo nosso governo e a melhoria das suas condições de vida e de trabalho. Urge igualmente abolir a propina discriminatória e dissuasora do acesso aos cursos de português ao pagamento da qual o governo da Troika submeteu os emigrantes e que o novo governo manteve, à revelia dos direitos consagrados na Constituição da República portuguesa.

CANDIDATURA DO BLOCO PELO CÍRCULO ELEITORAL DA EUROPA



Tiago Pinheiro
Enfermeiro



Cristina Semblano
Economista na CGD França,
Professora e Autarca



Abílio Barbosa
Hoteleiro em Lausanne, Suíça



Teresa Soares
Prof.ª de Língua e Cultura Portuguesas
no Sistema de Ensino Português
no Estrangeiro

De igual modo, o setor associativo como expressão viva da actividade cívica, sócio-cultural, desportiva e solidária dos emigrantes e importante vetor de intercâmbio com Portugal, deve ser apoiado nos diferentes países de destino da emigração, devendo tal apoio ser desinteressado, e dele estar ausente, qualquer intuito, por parte do Governo, de se descartar nas associações, de funções que incumbem ao Estado português.

Deve igualmente o Governo português ser um ator essencial na resolução do grave problema dos emigrantes lesados do BES, nomeadamente daqueles a quem até agora não foi feita nenhuma proposta (EGPremium e Euro Aforro10) tendendo à recuperação das economias de uma vida inteira de trabalho e de sacrifício. Lesados pela banca a quem o Estado continua a dar benesses, muitos destes emigrantes encontram-se na impossibilidade de complementar, graças às economias que foram constituindo, as parcas reformas de que auferem.

Mas se o Bloco de Esquerda se compromete indefectivelmente na defesa destas políticas, as reformas e os serviços públicos consulares constituirão, na próxima legislatura, os seus principais cavalos de batalha.

Para além de todas as considerações de ordem legal, é da maior desumanidade e falta de respeito para com os nossos emigrantes, o facto de — chegada a idade da reforma — estes serem empurrados dos serviços da segurança social portuguesa para os serviços homólogos dos países de acolhimento e vice-versa, para que lhes seja atribuída a pensão (de reversão ou não) a que têm direito por parte de Portugal. **Urge criar nos consulados células competentes de atendimento destes emigrantes, por forma a que eles possam beneficiar daquilo que lhes é devido ao fim de uma vida inteira de trabalho.**

Enfim, há que **reforçar as estruturas consulares dotando-as dos meios materiais e humanos necessários para assegurar aos emigrantes serviços públicos de qualidade.** É inaceitável que, durante meses, os emigrantes se vejam privados de acesso às plataformas de marcações on-line, que meses separem as datas de marcações das datas de atendimento, que, enfim, este se realize muitas vezes em condições más e/ou degradantes. Mesmo num país onde uma saída eminente da UE estava programada (BREXIT) o governo português foi incapaz de dotar os consulados dos meios necessários para que os nossos compatriotas pudessem tratar da documentação necessária ao pedido do estatuto de residente.

Basta de emigrantes privados de reforma, burlados pela banca, sem acesso a serviços públicos consulares de qualidade. É inaceitável que emigrantes sejam obrigados a pagar viagens de ida e volta a Portugal, para tratarem de um cartão de cidadão, registarem um filho, ou obterem um passaporte.

Independentemente do enorme contributo económico que os emigrantes dão a Portugal, bem superior ao das remessas que apenas registam uma parte das transferências das suas economias, os emigrantes merecem todo o carinho, todo o respeito e o apoio do País.

Basta de pensar os emigrantes como a população descartável de que os donos de Portugal se têm servido para se servir eles próprios e abandonam como se não tivesse nada a ver com eles.

Basta de baixos salários, de trabalho precário e de emigração forçada!

Basta de considerar a emigração como o parente pobre da política portuguesa.

Este País também é nosso! Famílias inteiras em Portugal contam com o apoio dos emigrantes. É tempo de os emigrantes poderem contar com o apoio de Portugal!



O voto faz-se por correspondência, pelo que vai receber o material de voto pelo correio.

Para que chegue a Portugal a tempo de ser contado, leia atentamente as instruções, vote e envie imediatamente o seu voto pelo correio. O envio é gratuito.